

**O papel da comunicação digital na Primavera Árabe:
Apropriação e mobilização social ¹**

Vivian Patricia Peron Vieira²

¹ Artigo apresentado ao V Congresso da Compolítica, realizado entre os dias 08 e 10 de maio de 2013 na Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR.

² Doutorado em andamento em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (bolsista CAPES).
Mestre em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais.
E-mail: vippevi@yahoo.com.br

Resumo

O presente artigo busca compreender como se deu o uso das novas tecnologias da comunicação e informação no desenvolvimento de sucessivos levantes mundialmente conhecidos como Primavera Árabe. Primeiramente explica-se o que é mobilização digital, apreendendo seu conceito e atrelando-o às implicações decorrentes da dinâmica da Primavera Árabe. Em seguida busca-se explicitar o cenário e o processo político dos eventos analisados, apresentando seus principais atores sociais e suas reivindicações. Por fim, o artigo trata das ferramentas e plataformas digitais utilizadas pela própria população dos países envolvidos tendo como pano de fundo o debate de mobilização online e ativismo social. Conclui-se reconhecendo que o acontecimento da Primavera Árabe é mais amplo do que um fenômeno de comunicação digital, ainda assim as mídias sociais online desempenharam um papel significativo para o fortalecimento das manifestações e mudanças políticas, auxiliando, sobretudo na disseminação de informações para outros países da região.

1. Introdução

O final do século XX e o início do novo século marcam um conjunto de transformações políticas, econômicas, culturais significativas para as relações internacionais. O sistema bipolar deixou de existir com o fim da Guerra Fria, o terrorismo ganhou maior capilarização internacional, houve fortalecimento de movimentos antiglobalização, evidenciados em encontros de rodadas econômicas multilaterais, e agravamento da crise financeira de impacto global, como a ocorrida em 2008, são alguns dos acontecimentos que configuram tal cenário.

Nesse contexto, os meios de comunicação, que já são elementos tradicionais de mediação da realidade através do jornalismo formal – colhendo e difundindo informações sobre acontecimentos aquém e para além das fronteiras nacionais, interligando públicos distantes em termos geográficos – reconfiguram esta mediação através do incremento amplificado da internet, sobretudo no que diz respeito ao protagonismo social neste processo comunicativo. Na primeira década do século XXI observam-se importantes eventos políticos com a participação de atores não-governamentais utilizando a internet enquanto ferramenta política, ampliando e reforçando acontecimentos de natureza nacional e internacional.

Um evento recente, significativo e bastante ilustrativo neste sentido é o conjunto de levantes populares iniciados em dezembro de 2010 e que se propagou em países do

O Oriente Médio e Norte da África, denominado pelos jornalistas de *Primavera Árabe*. O termo “primavera árabe” não é pacífico entre os analistas acadêmicos, conforme será apresentado ao longo do artigo, porém, na ausência de outra denominação, utilizar-se-á o termo para tratar deste conjunto sucessivo de levantes da região árabe. Esta onda de protestos é parte de um processo que repercutiu com a queda de governos em países como a Tunísia e Egito, caracterizando-se, sobretudo, como um movimento transnacional, na medida em que afetou não apenas regimes nacionais, mas também seus vizinhos (HOUNSHELL, 2011).

O descontentamento de grande parte da população frente à submissão ao regime autoritário desses países já era grande, mas as manifestações públicas intensificaram-se a partir da difusão de informações através de mensagens entre aparelhos móveis e de redes sociais, tais como *facebook*, *twitter* e *blog*, conduzidos por cidadãos comuns. Diversos analistas, como veremos, apontam a comunicação digital como um catalisador deste processo, ainda que outros enfatizem um papel secundário às mídias móveis para o seu entendimento político (FERABOLLI, 2012; GLADWELL, 2010; HOUNSHELL, 2011; LYNCH, 2012; PAVLIK, 2011; SULLIVAN, 2011; TUFEKCI e WILSON, 2012).

Doravante, a discussão tangente à mobilização digital torna-se importante na medida em que ela explica alguns dos mecanismos usados pela população dos países envolvidos na Primavera Árabe, tanto para se organizarem politicamente, quanto para disponibilizarem imagens e circularem informações dos levantes, em plano doméstico e externo. De igual importância para este artigo é o debate acerca do conceito, da formação e do processo político que envolve este evento. Assim, a presente proposta de artigo científico pretende explorar a revisão de literatura já produzida sobre ambos os temas, reconhecendo o desafio de ser um acontecimento recente, cujos resultados ainda se desdobram nos diversos países envolvidos e em outras partes do mundo.

Tendo-se em mente que o Egito tem adquirido um foco central de análise por diversos autores, devido ao seu tamanho e relevância econômica em comparação com os outros Estados árabes, além de se esperar dele um papel importante com relação à forma como o país irá desenvolver o processo político após a derrubada do regime (FERABOLLI, 2012), o caso egípcio será tomado como espinha dorsal deste artigo. Nesse sentido, busca-se apresentar o debate tomando o contexto regional árabe como

um todo, e em particular apresentam-se pesquisas empíricas trazidas por alguns autores junto à dinâmica ocorrida no Egito.

O objetivo central deste artigo é compreender como ocorreu a relação entre a comunicação *online* e os sucessivos levantes populares em prol de um regime democrático em países do mundo árabe com regimes autocráticos. Diante disto, a pergunta norteadora deste artigo é: Como se deu a uso das novas Tecnologias da Informação e Comunicação e (TICs) no desenvolvimento do processo político intitulado de Primavera Árabe? Como pano de fundo, pretende-se levantar elementos que apontem como esses processos de comunicação política podem se desenvolver a ponto de se tornar um movimento transnacional.

Imbuído de atender a esta questão, o artigo proposto neste projeto pretende primeiramente explicar o que é mobilização digital, apreendendo seu conceito e atrelando-o às implicações políticas. Em seção seguinte busca apresentar o cenário e o processo político marcado pela Primavera Árabe, apresentando seus principais atores sociais e suas reivindicações. Ainda nessa seção, o artigo se debruça sobre as ferramentas e plataformas digitais utilizadas pela própria população dos países envolvidos durante o processo político da Primavera Árabe. Por fim, e já em seção conclusiva, retomam-se as perspectivas desenvolvidas do papel das TICs na mobilização *online* durante o evento político como um todo.

O artigo é parte de um debate mais amplo, uma pesquisa de doutoramento realizado pela autora, ainda em andamento, e que busca compreender papéis e implicações que o uso das novas tecnologias da comunicação e informação exerce sobre as relações internacionais contemporâneas.

2. Mobilização digital

Desde o início deste século, mudanças substantivas vêm ocorrendo na ordem mundial em diversos campos como Economia, Política, Ciência mediante a implantação de sistemas de comunicação de base digital que já vinham se consolidando desde os anos 90 (CASTELLS, 1999). A internet tem sido um dos principais mecanismos deste processo, representando características peculiares quando comparada a outros meios de comunicação, como a televisão e o jornal impresso, pois:

[...] é única porque integra modalidades diferentes de comunicação (interação recíproca, radiodifusão, busca-referência individual, discussão em grupo, interação pessoa/máquina) e diferentes tipos de conteúdo (texto, vídeo, imagens visuais, áudio), em um único meio de comunicação. Essa versatilidade torna plausíveis afirmações de que a tecnologia vai estar implicada em muitos tipos de mudanças sociais, talvez mais profundas do que a televisão ou o rádio (DIMAGGIO *et al.*, 2001, p. 308, tradução própria).³

Ao mesmo tempo, a internet deve ser compreendida como parte de um fenômeno maior que tem alterado os processos de comunicação. Algo que pode ser sintetizado em torno de três dimensões fundamentais através das quais a informação passa a estar submetida: (1) digitalização, (2) convergência e (3) mobilidade. A digitalização se refere à transformação de dados, registros, documentos, sons, imagens e todo tipo de informação em linguagem binária (MANOVICH, 2001). Isso possibilita a compressão de grande volume de dados que podem ser armazenados e enviados para grande quantidade de receptores ao mesmo tempo e de modo descentralizado⁴. A convergência diz respeito tanto à inter-operabilidade de equipamentos que passam a funcionar e se comunicar sob uma mesma base técnica (STIPP, 1998), como também repercute naquilo que Henry Jenkins (2009) chama de “cultura da convergência”, isto é, um crescimento expressivo de novas práticas culturais marcadas pela intensa troca de informações dentro de determinados grupos sociais ou entre estes, ainda que estejam fisicamente distanciados. Por fim, a mobilidade se refere ao uso crescente de aparelhos móveis de comunicação multimídia (celulares, *tablets*, *netbooks*, sensores⁵ etc.) que

³Tradução própria do original em inglês: “[...] the Internet is unique because it integrates both different modalities of communication (reciprocal interaction, broadcasting, individual reference-searching, group discussion, person/machine interaction) and different kinds of content (text, video, visual images, audio) in a single medium. This versatility renders plausible claims that the technology will be implicated in many kinds of social change, perhaps more deeply than television or radio.”

⁴Embora o envio “centralizado” de informações não tenha desaparecido: este também ocorre nas redes de computadores e outros aparelhos digitais.

⁵Os aparelhos celulares são, hoje, mais que dispositivos de comunicação por voz: incorporam diversos dispositivos multimídia como câmera, gravador de som, editor de texto e também servem para receber e enviar informação através de mensagens escritas ou imagens. Os *tablets* consistem em uma espécie de computador portátil caracterizados pela manipulação de objetos multimídia em telas *touchscreen*, isto é, através do toque com os dedos e também pela mobilidade que possuem enquanto aparelho de comunicação. Os *netbooks*, já bem conhecidos, são micro-computadores em formato menor que notebooks: também caracterizados pela intensa capacidade de manipular documentos e se comunicar com capacidade de ser portátil e com volume reduzido. Por fim, tem sido desenvolvidos e já utilizados na vida cotidiana diversos tipos de sensores que emitem e recebem informação. Tratam-se na verdade de pequenos circuitos de computadores baseados em chips com intensa capacidade de comunicação através

possibilitam captar e disseminar informação sem um tradicional fixamento espacial, subvertendo determinados constrangimentos territoriais (LEMOS e JOSGRILBERG, 2009).

Tais dimensões têm repercutido em diversos estudos acerca dos impactos que essas recentes tecnologias têm gerado na vida política em diferentes países. No âmbito governamental, os Estados têm criado canais de informação e comunicação mais robustos com seus cidadãos, repercutindo em inovações estruturais nesta relação (SILVA, 2009). No âmbito civil, o uso destes meios tem gerado apropriações sociais com substantivas repercussões políticas envolvendo questões como participação *online* (COLEMAN, 1999; GOMES, 2005), vigilância e monitoramento (BRUNO, 2008), protestos anti-globalização (BENNETT, 2003), engajamento em conflitos armados (DUNN, 2001).

Embora devamos admitir que estas tecnologias trazem significativas mudanças para os processos comunicativos e para as relações políticas e sociais, é preciso evitar determinismos ou ufanismos tecnológicos. Como aponta Tyler (2002), em muitos casos dispositivos como a internet podem ser apenas um novo modo de se fazer velhas coisas. Tomando como exemplo a discussão sobre internet e movimentos anti-globalização, Pipa Norris lembra que:

Movimentos globais de protestos e ações diretas de manifestações difundidas através das fronteiras nacionais existem há décadas, tal como o movimento anti-nuclear na década de 1950 e os protestos anti-Vietnã na década de 1960, ou até antes com os movimentos anti-escravagistas e pró-sufrágio no século XIX. O fenômeno está longe de ser novo mas estes movimentos são facilitados em um novo ambiente de comunicação instantânea global de baixo-custo onde as tecnologias podem ser usadas por uma coalizão diversa para desafiar a legitimidade de organizações internacionais e a autoridade de governos nacionais (NORRIS, 2001, p. 21).⁶

O advento da internet ocorreu em larga escala há de cerca de 15 anos, e desde então vem repercutindo em assuntos da arena internacional. Há estudos que já aplicam a

de tecnologias de transmissão de sinais através do espectro-radioelétrico, isto é, sem a necessidade do uso de canais físicos como fios e cabos.

⁶Tradução própria do original em inglês: “Global protest movements and direct action demonstrations spreading across national borders have existed for decades, such as the anti-nuclear movement in the 1950s and the anti-Vietnam protests of the 1960s, or even further back the antislavery and the suffrage movements in the 19th century. The phenomenon is far from new but these movements are facilitated in an environment of minimal-cost instantaneous global communications where technology can be used by a diverse coalition to challenge the legitimacy of international organizations and the authority of national governments.”

referida relação das novas tecnologias com o mundo político internacional de maneira mais sistemática (KLUVER, 2002; WENGER, 2001; WESTCOTT, 2008). Eles levam em consideração as mudanças estruturais trazidas pela nova ferramenta, dentre elas: Incremento do diálogo, da deliberação e, conseqüentemente do *feedback* frente aos acontecimentos internacionais; ocupação gradual enquanto fonte de informação no lugar da mídia tradicional; instantaneidade da informação; surgimento de atores mais participativos (*hackers*, críticos políticos, terroristas, imigrantes etc.), complexificação da realidade e conseqüentemente da tomada de decisão (aumentam os fatores envolvidos).

Ao olharmos especificamente para a esfera civil, constituída por organizações não-governamentais, associações de cidadãos, movimentos sociais e também por indivíduos em seus diversos níveis de engajamento social, as tecnologias da informação e comunicação tem sido potente instrumento de mobilização, participação ou ativismo político, desempenhando diversas funções:

Os movimentos de protesto tradicionalmente invocaram atividades como teatro de rua, manifestações públicas e ação direta para desafiar autoridades. A Internet alterou essa dinâmica por promover eletronicamente a difusão de idéias e táticas de protesto de forma rápida e eficiente através das fronteiras nacionais. A Internet pode servir a múltiplas funções para todas essas organizações, incluindo e-mail de lobby para representantes eleitos, funcionários públicos e elites políticas; redes com associações e organizações afins; mobilizando organizadores, ativistas e membros usando alertas de ação, informativos e e-mails; angariando fundos, recrutando apoiadores e difundindo mensagens para o público através dos meios de comunicação tradicionais (NORRIS, 2002, p. 209)⁷.

O autor Joss Hands (2011) define mobilização como uma ação conjunta e direta, concreta e de formas particulares. Na opinião do autor, o poder das comunicações digitais, das redes e da tecnologia móvel produz um efeito “bola de neve” sem limites, o qual só é possível por causa da estrutura e desenho das comunicações digitais modernas.

⁷ Tradução própria do original em inglês: “Protest movements have traditionally relied upon activities such as street theatre, public demonstrations, and direct action to challenge authorities. The Internet has altered this dynamic by electronically promoting the diffusion of protest ideas and tactics quickly and efficiently across national borders. The Internet may serve multiple functions for all these organizations, including e-mail lobbying of elected representatives, public officials, and policy elites; networking with related associations and organizations; mobilizing organizers, activists, and members using action alerts, newsletters, and e-mails; raising funds and recruiting supporters; and communicating messages to the public via the traditional news media”.

Para que uma simples manifestação *online* se transforme numa ação direta e real há um elemento decisivo: a velocidade com que ocorre tanto a propagação da comunicação entre os manifestantes, quanto da tomada de decisão e da tática de ação. A introdução das comunicações móveis, desde um simples celular até um *smart phone* conectado à internet, dentro outras redes móveis de dispositivos computacionais, tem massivamente enraizado a capacidade de coordenar, organizar e romper em velocidade e em números a potencialidade de uma mobilização, possibilitando o que pode ser descrito como "*mobil(e)isation*" (HANDS, 2011). O autor explica que cada vez mais as práticas de ativistas têm se tornado intimamente dependente da capacidade instantânea da comunicação móvel (HANDS, 2011), ainda mais ampliada no caso dos *smart mobs*, que agregam as capacidades de comunicação de um celular comum aos de um computador.

As mudanças sociais significativas trazidas pelo uso alargado das mensagens de texto explicam o termo "*swarming*", o qual foi criado para descrever o "cibernegociado" comportamento do público reunido em torno das trocas de mensagens, sobretudo entre os jovens, com o poder de cimentar as relações sociais e a identidade de pertencimento ao grupo. Quando este termo é transposto para a ação política, esta rede de conexões tem um propósito claro e é usada para tomar decisões, dividir motivações e realizar objetivos. Rheingold (*apud* HANDS, 2011) descreve os *smartmobs* (mobilizações com uso de comunicação digital) como a capacidade de um usuário de confiar em outro, que é um total estranho, apenas na base das recomendações de terceiros. Assim, quando a lógica é transferida para as ações dos *smart mobs*, o modo nos quais as decisões são feitas é inevitavelmente o resultado da agregação de todo um conjunto de objetivos que são baseados não sobre um entendimento de interesses coletivos, mas sobre desejos individuais. O efeito *swarm* causa homogeneidade de modo que nem todos estão agindo de forma consciente. E isto pode resultar-se num processo que não é realmente democrático ou coletivo, embora a aproximação seja libertária na sua origem (HANDS, 2011).

Embora termos como "mobilização" e "ativismo" sejam utilizados muitas vezes de modo intercambiável, Silva (2013) aponta a necessidade de se identificar que há diferentes níveis de engajamento do cidadão *online* que tendem a culminar em diferentes efeitos práticos. O autor aponta três formas básicas: (a) aderência; (a) mobilização; (c) ativismo. A aderência diz respeito à forma básica de envolvimento

online caracterizada pelo endosso, compartilhamento ou apoio do indivíduo a determinado tema ou causa. Neste caso, há um baixo nível de comprometimento prevalecendo a mera identificação com a temática em questão. Já a mobilização se refere a um nível mediano de envolvimento *online*, ocorrendo quando indivíduos aderem a uma determinada causa endossando-a, repercutindo-a, agindo como um elemento disseminador em sua rede de contatos. No caso do ativismo, trata-se de um nível superior de envolvimento *online*, quando o indivíduo concentra forças e age sistematicamente em prol de uma causa, formulando, disseminando e criando estratégias para mobilização e aderência para que o tema ganhe em visibilidade e repercuta em efeitos concretos na realidade. Silva (2013) acredita que o erro de muitos analistas é não diferenciar os três níveis de envolvimento *online*, confundindo a simples aderência com mobilização ou mobilização com ativismo. Para o autor, em processos revolucionários contemporâneos como a Primavera Árabe, os três níveis de envolvimento *online* se alinham e se retroalimentam. Porém, isso não ocorreria de modo autônomo como um fenômeno oriundo da interação tecnológica, isto é, pela apropriação coletiva das TICs tão somente. Para ganhar proporções, seria necessário haver especificidades no cenário cultural, na conjuntura social e na realidade política capazes de gerar ligamentos entre indivíduos movimentando-os para um determinado fim. Logo, a combustão que precede e alimenta qualquer movimento revolucionário *online* é premissa chave para este processo.

3. Primavera Árabe e a comunicação móvel

A Primavera Árabe é um fenômeno bastante controverso em sua natureza e nomenclatura. Diz-se da nomenclatura, pois o termo “primavera” foi cunhado por jornalistas ocidentais para descrever os diversos levantes que ocorriam concomitantemente a diferentes países da região árabe. Segundo Feraboli (2012) a denominação “primavera” é historicamente derivada dos eventos ocorridos em 1968, chamados na ocasião de "Primavera de Praga". Naquele episódio, o primeiro secretário do partido comunista da antiga Tchecoslováquia promoveu reformas, apoiado por intelectuais e pelo povo, para descentralizar a economia e aumentar as liberdades individuais. O intuito era de desvincular o Estado do jugo soviético, porém, a euforia

com as mudanças durou apenas alguns meses, quando então a invasão militar de forças do Pacto de Varsóvia restituiu a antiga ordem.

Quanto à natureza da Primavera Árabe afirma-se controversa por duas razões: A primeira, por não ser apenas política, onde estaria restrita à luta pela democracia, mas por ela estar atrelada também a problemas econômicos e sociais, os quais os países da região vêm enfrentando nas últimas décadas, além, é claro, das ferrenhas ditaduras que têm dominado o cenário nacional. A segunda razão é que ao se denominar “primavera árabe” para o conjunto dos levantes sociais de diferentes países – Tunísia, Egito, Líbano, territórios palestinos, Jordânia, Iraque, Kuwait, Emirados, Omã, Arábia Saudita, Sudão (Norte), Argélia, Marrocos, Síria, Iêmen e Líbia –, coloca-se no mesmo bojo realidades distintas, “com problemas econômicos e sociais diferentes oriundos dos diferentes legados deixados pelo colonialismo europeu e pelas diferentes formas de domínio de regimes únicos que governaram esses países por décadas” (FERABOLLI, 2012, p. 107). Neste sentido, Roche (2012) divide o grupo de países em três diferentes blocos:

- a) Tunísia e Egito: evolução rumo a uma democracia, mas lentamente;
- b) Líbano, territórios palestinos, Jordânia, Iraque, Kuwait, Emirados, Omã, Arábia Saudita, Sudão (Norte), Argélia e Marrocos: movimentos sem realizações imediatas;
- c) Síria, Iêmen e Líbia: movimentos violentos, reações conservadoras, intervenções estrangeiras (Líbia), verdadeiras guerras civis (p. 55).

Ainda reconhecendo a problemática do termo Primavera Árabe, suas limitações e contrapontos, é utilizada tal terminologia no decorrer deste artigo, entendendo-se que ela abarca um conjunto de eventos que possui traços comuns e podem ser estudados enquanto tais, sem que revele algum problema de ordem analítica.

Os citados países envolvidos possuíam dentre as principais características comuns a existência de Estados autocráticos de regimes fechados, restrições democráticas, altos índices de corrupção, abusos nos serviços de segurança e privatizações em benefícios de poucos, notadamente guiadas por princípios neoliberais (LYNCH, 2011). O descontentamento amplo, ainda que houvesse quem concordasse com o *status quo*, em combinação com um compartilhamento em tempo real dos acontecimentos para além de suas fronteiras possibilitou que os levantes da Primavera Árabe fossem resultados de um efeito cascata. Este efeito representa um amplo movimento de protesto que vai ao encontro de reformas econômicas e políticas, bastante

sintetizada por liberais como sendo revoluções pela democracia que revelariam o despertar de um grupo de pessoas que tem sido esmagado por regimes despóticos durante décadas (LYNCH, 2011). Por isso a imolação de Mohamed Bouazizi⁸ na Tunísia revelou outras questões regionais para além do radicalismo islâmico: Condições econômicas e sociais extremamente desiguais que vivem grande parte da população árabe (FERABOLLI, 2012).

Outro fundamento incitante aos levantes árabes foi a propagação de informações e opiniões sobre os regimes fechados relacionando-os à corrupção e abusos de poder, que até então estavam escamoteados e abafados aumentando a revolta e a crença da população na possibilidade de mudança política. Esta propagação ocorreu a partir do vazamento de informações que reverberavam abusos por parte dos ditadores. Bons exemplos desses vazamentos são encontrados dentre alguns cidadãos na Tunísia que usaram a internet para revelar as compras em Paris feitas pela primeira dama usando transporte aéreo privado do presidente, ou entre os blogueiros egípcios que circularam vídeos contendo o abuso de policiais, identificando-os posteriormente na rede *online* (LYNCH, 2012). Sullivan (2011) mostra o depoimento de um jovem da Tunísia sobre o que ocorria no país antes da revolução, onde existia desejo por mudança, mas não havia uma liderança que conduzisse isso. Pavlik (2011) conta que o executivo da Google, Wael Ghonim, criou uma página importante no *Facebook* dedicada a um menino egípcio, Khaled Said, que foi morto pelas autoridades egípcias leais ao ex-presidente Hosni Mubarak. A página foi um recurso de crítica ao regime egípcio que levou muitos egípcios a saberem dos abusos do regime do Mubarak e fomentou revoltas. Ainda que Ghonim tenha sido detido e encarcerado pelo regime por ter criado sua página no Facebook, a repercussão foi bem-sucedida, como afirma Pavlik (2011), dado que propagou as atrocidades vividas sob o regime autoritário no Egito.

Pavlik (2011) explica que a tecnologia trouxe mudanças para o jornalismo, que já desenvolvia um papel historicamente central nas democracias, em níveis múltiplos. Dentre as mudanças que o autor elenca estão a transparência de informações e a

⁸ Mohamed Bouazizi foi um vendedor ambulante de frutas e legumes de 26 anos que teve seus produtos confiscados por autoridades governamentais da Tunísia por considerarem sua atividade ilegal. Após reivindicar a devolução de seus pertences na sede da administração regional e ver seu pedido negado, jogou líquido inflamável em seu próprio corpo e ateou fogo. Bouazizi foi socorrido e levado ao hospital, mas faleceu após pouco mais de 2 semanas, no dia no dia 5 de janeiro de 2011 devido às complicações dos ferimentos. O fato desencadeou uma série de protestos na Tunísia que culminou com a queda do presidente Ben Ali após duas décadas no poder.

participação civil através da internet, que são apontados como fatores influentes no desdobramento da Primavera Árabe. A transparência difundida ao final de 2010 contribuiu para mostrar a opulência e corrupção do presidente da Tunísia, conforme vimos. Já a participação civil através da mídia social desempenhou um papel central nestes movimentos sociais e protestos políticos. Nas palavras de Pavlik:

Esta história de sinergia entre as mídias sociais e a transparência online na Primavera Árabe continuou na Síria, na Líbia e em outros lugares na região. No Egito, as autoridades tentaram acabar com os distúrbios ao cortar o serviço da Internet. Ironicamente, esta ação poderá ter alimentado ainda mais a revolta, ao tornar os cidadãos mais raivosos (PAVLIK, 2011, p. 15).

Para Lynch (2012) o espalhar das revoluções contra os regimes mostra a unidade árabe numa unificada narrativa de mudança, numa região que é conhecida por sua fragmentação ideológica. Ao se mostrar na Tunísia que um tirano poderia ser derrubado, tal acontecimento tem o poder emblemático de influenciar os demais a acreditarem que era possível superar o medo e sair nas ruas, mesmo com a ameaça de serem presos, torturados e mortos (LYNCH, 2012). Estes atos de sair às ruas, difundir informações sobre os levantes, incitar as pessoas de seus círculos sociais a reclamarem do regime e contestarem a ordem que estavam obrigados a seguir foram em grande medida impulsionados por redes de contato através do uso de plataforma *online*.

Tendo em vista o processo de mobilização utilizado pelo movimento na referida região árabe, que se refere à capacidade de arregimentar simpatizantes, ativistas ou apoiadores através dos usos das mídias sociais, observa-se que não se trata apenas do ato comunicacional em si, mas de mecanismos que utilizam a plataforma digital para a criação de uma mobilização *online*, a qual por sua vez difere de uma mobilização *offline*, ainda que possam se sobrepor uma a outra.

As ações diretas e reais, também entendidas aqui como mobilização *offline*, são campanhas, greves, manifestações, organizadas, sobretudo com o auxílio das mídias sociais, a exemplo do Facebook, Twitter e Youtube. Vale destacar que embora a constatação do uso destes aparatos tecnológicos não seja olvidada pelos estudos que em geral tratam de explicar a Primavera Árabe, para alguns autores a relação dos levantes com tais aparatos não são determinantes para o desenvolvimento dos acontecimentos. Na opinião de Feraboli (2012), por exemplo, o papel das redes sociais foi supervalorizado durante os eventos: "O estopim da crise não teve nada a ver com o

ativismo *online* de uma pequena parcela da juventude árabe com acesso a tais tecnologias, embora essas tenham servido como fonte de encorajamento e informação no decorrer dos processos" (FERABOLLI, 2012, p. 108).

Por outro lado, outros autores defendem que a mídia social e as tecnologias móveis desempenharam um papel central nos movimentos sociais e protestos políticos marcados na Primavera Árabe, no sentido de facilitarem a comunicação e difusão de informações entre os cidadãos de todos estes países e da região (HOUNSHELL, 2011; LYNCH, 2012; PAVLIK, 2011; SULLIVAN, 2011; TUFEKCI e WILSON, 2012).

Para esses autores, o Facebook, o YouTube e o Twitter, além da mídia móvel (celulares), desempenharam papéis vitais, sobretudo nas mãos dos “jornalistas-cidadãos”. Esse termo compõe parte essencial do novo ecossistema das notícias, pelo fato das informações trazidas em tais plataformas digitais pelos cidadãos comuns serem consideradas fontes para o jornalismo realizado pela mídia tradicional, de modo que esse cidadão pode ou não ter histórico em ativismo, mas surge num momento crucial para emitir informação crítica para o público (HOUNSHELL, 2011; TUFEKCI e WILSON, 2012). Pavlik (2011) revela que o grande número de jornalistas-cidadãos que colhem e distribuem notícias com seus dispositivos móveis e outras mídias digitais capacitadas pela internet frequentemente supera, pelo menos em número, a força de trabalho das mídias noticiosas tradicionais. No Egito, por exemplo, estima-se que dezenas, se não centenas de milhares de protestantes estavam agindo como jornalistas-cidadãos durante os primeiros dias que se sucederam às manifestações da Tunísia (TUFEKCI e WILSON, 2012).

Como bem observam Tufekci e Wilson (2012) os novos sistemas de comunicação política não podem ser facilmente separados das categorias tradicionais de mídia. A Al-Jazeera⁹, por exemplo, integrou as mídias sociais em suas práticas de coleta de fontes e cultivou jornalistas-cidadãos através da região, o que garantiu a cobertura da sucessão de eventos através de vídeos captados basicamente por *smartphones*. Aliás, os canais de TV por satélite (a exemplo da Al-Jazeera) formam uma nova esfera pública no mundo árabe, pois enquanto as mídias tradicionais servem aos interesses das elites, a

⁹ Al Jazeera é uma emissora de televisão criada em 1996 e sediada no Catar. Ergueu-se inicialmente com foco na cobertura e transmissão em países do mundo árabe. Tem ênfase em noticiário internacional e hoje possui mais de 60 escritórios ao redor do mundo que se estendem por seis continentes diferentes, incluindo canal em língua inglesa. Maiores informações em < <http://www.aljazeera.com>>.

Al-Jazeera engaja no que é chamado de “reverse agenda-setting” (TUFEKCI e WILSON, 2012).

Porém, é preciso atentar-se para a relação entre o agendamento tradicional de notícias e os critérios de confiabilidade. Nesse sentido, Hounshell (2011) pergunta: “As mídias sociais em geral são confiáveis na revolução?” Pois assim como a televisão e o jornal, a mídia social é uma ferramenta que depende do modo de uso. O autor explica que a BBC¹⁰ e a Al Jazeera têm desenvolvido rigorosa checagem das fontes *online* para verificação da autenticidade. Enquanto pondera-se quanto à veracidade das imagens e informações produzidas neste ambiente, é inquestionável o potencial de capilaridade que a ampliação das fontes que a figura do jornalista-cidadão propicia, de modo a enriquecer a compreensão sobre a Primavera Árabe. Como salienta Pavlik (2011), as mídias noticiosas tradicionais funcionaram para colocar o fluxo dos acontecimentos trazido pelas mídias sociais num contexto e numa perspectiva mais amplos, fornecendo informações adicionais que não seria conseguida da maneira tradicional de captação de notícias.

O entendimento da atuação dos jornalistas-cidadãos atravessa outro debate, que é o papel político que tais cidadãos desempenham durante este processo. Alguns os chamam de revolucionários, outros de ativistas, outros simplesmente de mobilizadores sociais que estariam inflamados pelo contexto regional de protestos e levantes. Isto é também elucidado por parte do debate teórico realizado na seção anterior a respeito da mobilização *online* e o ativismo digital (SILVA, 2013).

Gladwell (2010), um autor enfático quanto às limitações das ferramentas digitais na intervenção de processos políticos e no ativismo *online*, reconhece que as novas ferramentas da mídia social reinventaram o ativismo social. Para o autor, com o *facebook* e o *twitter* tornou-se mais fácil aos desempoderados colaborar, coordenar e dar voz às suas preocupações. Porém, ele inverte a relação entre as causas político-sociais que movem os ativistas com as novas ferramentas por eles utilizadas "Onde os ativistas eram definidos pelas suas causas, agora eles são definidos pelas suas ferramentas"¹¹

¹⁰ A British Broadcasting Corporation (BBC) é uma rede britânica de rádio e televisão fundada em 1926 em Londres. É considerada hoje uma das empresas de radiodifusão mais importantes e influentes do mundo, com escritórios e correspondentes espalhados pelos cinco continentes. A BBC não tem fins lucrativos: trata-se de uma empresa pública de comunicação, cujo financiamento vem em boa parte do imposto pago por cidadãos britânicos, além da arrecadação própria de produtos e serviços.

¹¹ Tradução própria do original em inglês: “Where activists were once defined by their causes, they are now defined by their tools”.

(GLADWELL, 2010), de modo que, no entendimento dele, são as ferramentas que dão confiança e empoderamento para a mudança político-social, e não o contrário.

Pavlik (2011), por sua vez, aponta a influência das tecnologias digitais e móveis na democracia a partir do aumento das discussões e participações públicas na política. Isto leva a acreditar que se terá não apenas cidadãos mais bem informados, mas também mais participativos na arena política. Para Hounshell (2011) o fato de um analista *tuitar* sobre o que estaria ocorrendo nas revoluções árabes, não o tornaria um revolucionário. O autor contextualiza o *Twitter* como uma ferramenta essencial, mas não a única, para acompanhar e entender as mudanças na região árabe. Ele exemplifica citando um pesquisador que trabalhou com quase 6 milhões de *tweets* em 7 países (Argélia, Bahrain, Egito, Líbia, Marrocos, Tunísia e Iêmen). A pesquisa mostra que o *twitter* era uma plataforma para que pessoas externas discutissem as notícias, sejam estas sobre a resignação de Mubarak, seja sobre os discursos retóricos e insanos de Qaddafi, ou para começar um grande protesto (HOUNSHELL, 2011). Uma característica interessante é que o *twitter* era utilizado para divulgação externa, por isso mais comum no idioma inglês, enquanto o *facebook* era basicamente utilizado na língua árabe pelos participantes diretos das manifestações.

Para Lynch (2011) enquanto as táticas dos levantes foram inovadoras (*uploading* de vídeos através de câmeras de celulares para divulgação nas mídias sociais como o *facebook* e *Twitter*), eles não introduziram nenhuma ideia particularmente nova. Isso porque, as críticas do *status quo*, o desejo por mudança política, a ânsia por liberdades democráticas, a identificação intensa de um mundo árabe já eram partilhados no mundo árabe há pelo menos dez anos e, em geral, os levantes clamaram por independência, soberania nacional, e respeito pelo desejo do povo.

O autor Gladwell (2010) defende que a tecnologia digital (mídias sociais) não está trazendo mudança significativa, e nem positiva, para a democracia. Ele reduz o campo de ação efetivo da comunicação digital para coleta de assinaturas para abaixo-assinados e doações para entidades caritativas. Como explica Pavlik (2011) a respeito do referido autor: “Embora estas mudanças possam valer a pena, na opinião de Gladwell, não são substanciais, nem estão tornando o mundo diferente qualitativamente do que era antes no sentido político ou social” (p. 111). Na concepção de Gladwell (2010) o ativismo que ocorre através de plataformas de mídia social não se parece com o ativismo *off-line*, pois seria marcado por laços fracos, ausentes de disciplina e

estratégia, e ainda que haja maior participação, a motivação é menor, de modo a não trazer grandes mudanças políticas e econômicas. Nas palavras dele:

Twitter é uma forma de seguir (ou ser seguido por) pessoas que talvez nunca se encontraram. Facebook é uma ferramenta para a gestão eficiente de seus conhecidos, para vincular-se com as pessoas que você não seria capaz de ficar em contato de outra forma. É por isso que você pode ter milhares de "amigos" no Facebook, como você nunca poderia ter na vida real (s/p) ¹²

Ao contrário do que Gladwell (2010) sugere diversos autores, como veremos, defendem que há sim força nestes laços criados na internet. As redes sociais atuam como importante fonte de informação e novas idéias, de modo que exploram o poder desses tipos de conexões com extrema eficiência. Pavlik (2011), por exemplo, explica:

Com um bilhão de pessoas usando as mídias sociais e uma estimativa de cinco bilhões de telefones celulares em uso no mundo inteiro [dados de 2011 do Banco Mundial] o potencial impacto cumulativo das mídias móveis noticiosas e sociais na democracia é profundo. As provas sugerem que esta tão espalhada tecnologia digital poderia promover não apenas o desenvolvimento econômico, mas também a participação política onde outra infraestrutura fica limitada (p.111).

Tufekci e Wilson (2012) trazem uma interessante pesquisa¹³ de campo realizada no Egito, produzida no intuito de explicar através de evidências concretas como a mídia social e a internet foram usadas pelos protestantes durante os eventos. Segundo os autores, desde o início da Primavera Árabe, com os levantes na Tunísia seguido para o Egito, acadêmicos têm tentado entender como a internet e a mídia social contribuem para mudança política em regimes autoritários. Demonstram que até ocorrer o levante na Tunísia os protestos no Egito eram pequenos e abafados pelo regime controlado por Mubarak, mas já havia pequenos grupos¹⁴ espalhados que disseminavam ideias dissidentes ao regime. Claramente, o advento do *facebook* no mundo árabe em 2009

¹² Tradução própria do original em inglês: "Twitter is a way of following (or being followed by) people you may never have met. Facebook is a tool for efficiently managing your acquaintances, for keeping up with the people you would not otherwise be able to stay in touch with. That's why you can have a thousand "friends" on Facebook, as you never could in real life".

¹³ A pesquisa foi de 4 dias (desde 4 de fevereiro de 2011, menos de duas semanas depois da deposição de Mubarak) e contou com aproximadamente 1000 entrevistas dos participantes das manifestações em Tahrir Square (TUFEKCI e WILSON, 2012).

¹⁴ No Egito, desde 2005, havia pequenos grupos em prol do movimento "Kefaya" (*enough* em inglês ou, traduzido livremente para "basta") e a sexta coalizão de jovens de abril. E não era limitado à esfera online. As mídias sociais e a TV por satélite eram os únicos espaços públicos onde temas politicamente sensíveis pudessem ser discutidos e dissidentes se expressarem (TUFEKCI e WILSON, 2012).

amplificou este processo (ao final de 2010 tinha 4 milhões de usuários no Egito), pluralizando o conteúdo político *online*, de modo que muitas campanhas de jornalistas-cidadãos puderam expor condições de abuso aos direitos humanos, tortura e pobreza (TUFEKCI e WILSON, 2012).

Logo após os massivos protestos na Tunísia ocorreram algumas manifestações dispersas até que se agendou através das redes de contato (*online* e *offline*) para o dia 25 de janeiro de 2011 um protesto na Tahrir Square, difundindo-se uma página no *facebook* chamada "We are all Khaled Said" e depois de 18 dias dos protestos contínuos, Mubarak anunciou sua resignação em 11 de fevereiro (TUFEKCI e WILSON, 2012). A pesquisa realizada por Tufekci e Wilson (2012) foi feita dentre os participantes do protesto na Tahrir Square, no Egito, através de entrevistas conduzidas com participantes de protestos ao final de janeiro e começo de fevereiro de 2011.

Embora a comunicação *online* tenha desempenhado um papel de instrumento de mobilização, também foi objeto de protesto. O desligamento¹⁵ da internet feito pelo regime dentre os dias 25 de janeiro e 02 de fevereiro provocou um efeito contrário ao previsto pela autoridade. Primeiro porque um grupo pequeno, mas com alto conhecimento em tecnologia da informação, continuou a enviar informações e vídeos para o exterior sobre o que ocorria na Tahrir Square (TUFEKCI e WILSON, 2012). Segundo, o fato de as pessoas não terem mais o acesso à internet, causou revoltas ou despertou maior interesse ao que estava ocorrendo em seu país, de modo que estimulou as pessoas a saírem às ruas, intensificando os protestos (PAVLIK, 2011).

Os resultados desta pesquisa são bem ilustrativos para demonstrar que a participação nos protestos, seja antes ou a partir do primeiro dia das manifestações na *Tahrir square*, está associada a padrões de uso das tecnologias digitais. Isto se dá basicamente por duas razões: Mudança na conectividade social de infraestrutura (internet e mídias sociais) e a difusão de celulares a menores preços aumentou a possibilidade de qualquer indivíduo de captar imagens e vídeos (TUFEKCI e WILSON, 2012). Na prática, os pesquisadores demonstraram que: cerca de 80% dos manifestantes usaram telefones para se comunicarem sobre o protesto; aproximadamente metade deles tem *facebook* de modo que usaram a plataforma para se comunicarem sobre o protesto,

¹⁵ A internet no Egito foi utilizada por dissidentes liberais, minorias, grupos religiosos e outros que se opunham ao regime de Mubarak. A esfera política *online* começou a emergir primeiro em formas de *blogs* e *sites* pessoais, e depois em *facebook*, *youtube* e *twitter*. Enquanto a internet ainda não tinha sido censurada, alguns blogueiros foram presos (TUFEKCI e WILSON, 2012).

13% usaram o twitter para comunicar sobre o protesto; cerca de dois terços dos participantes no primeiro dia dos protestos nunca tinham participado de nenhum tipo de protesto; cerca de 50% produziram e disseminaram vídeos ou imagens dos protestos políticos nas ruas, especialmente através do *facebook*.

Assim, o estudo mostra que, ao menos no caso do Egito, os argumentos defendidos por Gladwell (2010) são inadequados, na medida em que ele afirma que apesar de os instrumentos da mídia social tornarem mais fácil para os ativistas se expressarem, é mais difícil para que tal expressão tenha algum impacto. Contrariamente, para os autores da pesquisa os diferentes laços das redes sociais trouxeram informação, notícias e apoiaram a necessária participação no protesto político: "In the case of protests in Egypt, it appears that social networks, often mediated through the new online platforms in the emergent networked public sphere, played a crucial role" (TUFEKCI e WILSON, 2012, p. 376).

Tufekci e Wilson (2012) reconhecem que de fato alguns autores reduzem os limites do ativismo *online* a desengajados, ou um tipo de engajamento simples, sem nenhum comprometimento. Mas em contextos autoritários, o ativismo digital não é sem custo e muito menos sem potencial político, já que o risco de sofrerem torturas, punições e censuras é preponderantemente maior. Nas palavras dos autores:

Os resultados deste estudo mostram como os elementos desse sistema contribuíram para a redução dos custos de iniciar e coordenar a ação coletiva para derrubar um regime autoritário de longa data. E talvez o mais importante, eles ilustram uma mudança monumental na capacidade dos cidadãos comuns em sociedades repressivas para documentar e expressar seus desejos de mudança social (TUFEKCI e WILSON, 2012, p. 377)¹⁶.

Por fim, é importante também mencionar a discussão relacionada ao ativismo digital quanto ao possível “modismo” que vem sofrendo. Muitos dos termos como “Twitter Revolution” ou “Facebook Revolution” são trazidos nas coberturas midiáticas ao falar sobre o acontecimento da Primavera Árabe. Em realidade, alguns autores, como é o caso do Hounshell (2011) citam “twitter revolution” ao mostrar como a ferramenta está transformando a forma do mundo ver o que acontece no oriente médio. Gladwell (2010) aproveita para criticar a idéia de “twitter revolution” ao

¹⁶ Tradução própria do original em inglês: “The results of this study illustrate how elements of this system contributed to lowering the costs of initiating and coordinating collective action to topple a longstanding authoritarian regime. And perhaps most importantly, they illustrate a monumental shift in the ability of everyday citizens in repressive societies to document and express their desires for social change.”

mencionar o caso no Irã afirmando que as pessoas no ocidente não poderiam entender o que ocorria nas ruas do Irã apenas rolando o twitter de conteúdo em inglês sobre a eleição iraniana, já que as pessoas que estavam coordenando os protestos escreveriam em farsi.

No caso da Primavera Árabe, o ativismo político organizado já estava iniciado antes e não era apenas um modismo, apenas aproveitou-se das plataformas digitais para anunciar e coordenar os protestos. (TUFEKCI e WILSON, 2012). Assim, conforme foi explicado no decorrer deste artigo, o acontecimento é muito mais amplo do que reduzido a uma plataforma digital, ainda que se reconheça que esta desempenhou um papel bastante significativo para o desenvolvimento dos acontecimentos, sobretudo na disseminação para outros países da região, que compartilhavam semelhantes problemas, ainda que de naturezas distintas.

Considerações finais

O presente artigo buscou compreender como se deu, em linhas gerais, o uso das novas tecnologias da comunicação e informação no desenvolvimento do processo político intitulado de Primavera Árabe. Conforme foi visto, a própria denominação “Primavera Árabe” é controversa na literatura, pois é um termo ocidental cunhado por jornalistas, bem como estabelece um entendimento comum para um conjunto de levantes que são distintos em suas naturezas políticas e econômicas, já que abarca a pluralidade de países como Tunísia, Egito, Líbano, territórios palestinos, Jordânia, Iraque, Kuwait, Emirados, Omã, Arábia Saudita, Sudão (Norte), Argélia, Marrocos, Síria, Iêmen e Líbia. Ainda assim, salvaguardadas as diferenças deste processo e suas origens nos diversos países, a terminologia é útil para se referir e analisar a um fenômeno que também possui suas similaridades.

Na primeira seção foram apresentadas as mudanças econômicas, políticas e sociais decorrentes do advento da internet em escala internacional, bem como as suas três dimensões fundamentais: (1) digitalização, (2) convergência e (3) mobilidade. Com este pano de fundo teórico, demonstrou-se como os cidadãos passaram a atuar como mobilizadores *online*, em contraponto à mobilização tradicional ou *offline*, explicando termos que são caros a esse conceito, tais como *swarming*, *smartmobs* (mobilizações com uso de comunicação digital), *mobil(e)isation*. Ainda nesta seção diferenciou-se os

termos “mobilização” e “ativismo” apresentando um debate que serviu de base para entendimento do papel dos cidadãos que participaram diretamente tanto dos levantes quanto do compartilhamento de informações *online*.

Na seção seguinte o cenário e o processo político marcado pela Primavera Árabe foram apresentados buscando-se introduzir o papel que as ferramentas e plataformas digitais utilizadas pela própria população dos países envolvidos trouxeram para a Primavera Árabe. O debate de mobilização *online* e ativismo social permeou grande parte da discussão.

No desenvolvimento do artigo, observou-se que as mídias sociais desempenharam um papel importante para o desdobramento dos acontecimentos, sobretudo quanto à disseminação interna e para outros países da região de informações e opiniões dissidentes aos regimes fechados. A Tunísia inaugurou os levantes, que logo foram ganhando força e em pouco tempo grande parte da região estava tomada pelo sentimento de revolta e pela crença na possibilidade de mudança política.

O artigo apresentou também argumentos de autores que acreditam que as plataformas digitais de comunicação não são determinantes para o desenvolvimento dos acontecimentos. Porém, o debate teórico de diversos autores e a pesquisa empírica desenvolvida por dois pesquisadores no Egito demonstraram que as redes sociais e a comunicação móvel foram substanciais para facilitar a mobilização de grande parte da população egípcia, tornando efetiva e real a deposição do regime autoritário.

Portanto, a Primavera Árabe pode ser entendida como um acontecimento de ordem complexa catalisada pelo uso das mídias sociais, mas não se restringe a elas, pois envolve uma dimensão mais ampla da comunicação como o (1) papel da mídia tradicional estrangeira, (2) a difusão de aparelhos móveis de comunicação (celulares) e, como premissa, (3) cenários sócio-políticos propícios para a ocorrência dos levantes.

Assim, este artigo buscou demonstrar as implicações que as plataformas digitais trouxeram para a mobilização em massa do mundo árabe em prol da democracia, atuando como peça fundamental para a compreensão da Primavera Árabe, em particular, e como parte de um importante processo das relações internacionais contemporâneas.

Referências

BENNETT, W. Lance. Communicating global activism: Strengths and vulnerabilities of networked politics. **Information, Communication & Society**, 6 (2), p. 143–168, 2003.

BRUNO, Fernanda. Monitoramento, classificação e controle nos dispositivos de vigilância digital. In: ANTOUN, Henrique. (Org.). **Web 2.0: participação e vigilância na era da comunicação distribuída**. Rio de Janeiro: M3auad X, 2008, p. 167-182.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999; v. 1.

COLEMAN, Stephen. **Can the New Media Invigorate Democracy?** *The Political Quarterly*, 1999, p. 16-22.

DIMAGGIO, Paul; HARGITTAI, Eszter; NEUMAN, W Russell; ROBINSON, John P. Social implications of the Internet. **Annual Review of Sociology**, 2001, 27, p. 307-336.

DUNN, Myriam. The Cyberspace Dimension in Armed Conflict: approaching a complex issue with assistance of the morphological method. **Information & Security**, 7, 2001, p. 145-158.

FERABOLLI, Sílvia. Entre a revolução e o consenso: os rumos da Primavera Árabe **Ciências & Letras**, Porto Alegre, n. 51, p. 101-109, jan./jun. 2012.

FRIEDMAN, Thomas. **O mundo é plano**: Uma breve história do século XXI. Tradução de Cristiana Serra e S. Duarte. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

GLADWELL, Malcolm. Small Change: The Revolution will not be televised. **The New Yorker**. October 4, 2010. Disponível em:
<http://www.newyorker.com/reporting/2010/10/04/101004fa_fact_gladwell>.

GOMES. Internet e participação política em sociedades democráticas. **Revista Famecos**, 27, p. 58-78, 2005.

HANDS, Joss. **@ Is for Activism**: Dissent, Resistance and Rebellion in a Digital Culture. London: Pluto Press, 2010.

HOUNSHELL, Blake. The revolution will be tweeted: life in the vanguard of the new Twitter proletariat. **Foreign policy**, 2011, v. 187 p. 20.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. São Paulo: Aleph, 2009, p. 27-53.

KLUVER, Alan R. The logic of new media in international affairs. **New Media & Society**, 4 (4), p. 499-517, 2002.

LEMONS, André; JOSGRILBERG, Fabio (Org). **Comunicação e mobilidade**: Aspectos socioculturais das tecnologias móveis de comunicação no Brasil. Salvador: Edufba, 2009.

MANOVICH, Lev. **The language of New Media**. Cambridge. MIT Press, 2001.

NORRIS, Pipa. **Democratic Phoenix: Reinventing political activism**. Cambridge: University Press, 2002.

NORRIS, Pipa. **Digital Divide: Civic Engagement, Information Poverty, and the Internet Worldwide**. Nova York: Cambridge University Press, 2001.

PAVLIK, John V. A tecnologia digital e o jornalismo: As implicações para a Democracia. **Brazilian Journalism Research**, 2011, Vol.7(2), p. 94.

ROCHE, Alexandre. Tensões da Primavera do mundo árabe--sunita: entre o wahhabismo conservador e o espírito crítico, entre a política do petróleo e a independência econômica. **Ciências & Letras**, Porto Alegre, n. 51, p. 47-56, jan./jun. 2012

SILVA, Sivaldo Pereira da. Democracia online: pressupostos teóricos e inovações estruturais na comunicação do Estado contemporâneo. Texto apresentado no III **Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política** (Compólitica). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.

SILVA, Sivaldo P. da. **Aderência, mobilização e ativismo online**: níveis de envolvimento político na era da comunicação digital. *Opinião Pública* (Unicamp), 2013 (no Prelo).

STIPP, Horst. Should TV marry PC? **American Demographics**, 20 (7), p. 16-21, 1998.

SULLIVAN, Andrew. Tunisia's WikiLeaks Revolution. Disponível em <<http://andrewsullivan.theatlantic.com/>> Acessado em: 21 ago. 2011.

TUFEKCI, Z. and WILSON, C. (2012), Social Media and the Decision to Participate in Political Protest: Observations From Tahrir Square. **Journal of Communication**, 62: 363–379. 14, 2011.

TYLER, Tom. R. Is the Internet changing social life? It seems the more things change, the more they stay the same. **Journal of Social Issues**, 58 (1), p. 195-205, 2002.

WENGER, Andreas. The Internet and the Changing Face of International Relations and Security. **Information & Security**. Volume 7, 2001, p.5-11.

WESTCOTT, Nicholas. Digital Diplomacy: The Impact of the Internet on International Relations. Oxford Internet Institute, **Research Report 16**, July 2008.